

## AUXÍLIOS ESTATAIS

**Convite para apresentação de observações, nos termos do n.º 2 do artigo 88.º do Tratado CE, relativamente ao auxílio C 40/99 (ex NN 178/97) — Bélgica — a favor da empresa Verlipack (Valónia)**

(1999/C 288/07)

**(Texto relevante para efeitos do EEE)**

Por carta de 1 de Julho de 1999, publicada na língua que faz fé a seguir ao presente resumo, a Comissão notificou à Bélgica a decisão de dar início ao procedimento previsto no n.º 2 do artigo 88.º do Tratado CE relativamente ao auxílio acima mencionado.

As partes interessadas podem apresentar as suas observações no prazo de um mês a contar da data de publicação do presente resumo e da carta, enviando-as para o seguinte endereço:

Comissão Europeia  
Direcção-Geral da Concorrência  
Direcção «Auxílios estatais»  
Rue de la Loi/Wetstraat 200  
B-1049 Bruxelas  
Fax (32-2) 296 98 16.

Estas observações serão comunicadas à Bélgica. Qualquer interessado que apresente observações pode solicitar por escrito o tratamento confidencial da sua identidade, devendo justificar o pedido.

Em 16 de Setembro de 1998, a Comissão decidiu <sup>(1)</sup> não levantar objecções relativamente a uma injeção de capital num montante de 8 676 273,37 de euros (350 milhões de francos belgas) efectuada pela região da Valónia a favor da Verlipack, nos termos do artigo 87.º e seguintes do Tratado CE.

A Comissão chegou a esta conclusão com base nas informações fornecidas pela Bélgica, segundo as quais, à luz das orientações relativas às injeções de capital efectuadas pelo Estado <sup>(2)</sup>, o comportamento da região da Valónia, no que se refere à contribuição em capital, correspondia ao de um investidor privado em condições normais de uma economia de mercado. No caso em apreço, a contribuição paralela, maioritária e efectiva de 12 766 516,53 euros (515 milhões de francos belgas), por parte do grupo Heye-Glas no capital da Verlipack, revelava existirem para esta empresa perspectivas de rentabilidade a prazo e de viabilidade.

Na sequência de artigos publicados na imprensa (em especial, no *Financiële Economische Tijd* de 20 de Outubro de 1998) e de várias queixas, a Comissão tomou conhecimento da existência de auxílios adicionais, nomeadamente a concessão, pela SRIW <sup>(3)</sup>, de dois empréstimos num montante total de 6 197 338,12 de euros (250 milhões de francos belgas) a favor da Heye-Glas, com o objectivo de financiar a sua contribuição para o capital da Verlipack.

Em resposta aos pedidos da Comissão de 14 de Dezembro de 1998, 13 de Janeiro e 12 de Fevereiro de 1999, a Bélgica confirmou a concessão destes dois empréstimos por carta de 25 de Fevereiro.

Por cartas de 14 de Dezembro de 1998 e de 23 de Março de 1999, a Comissão deu à Bélgica a oportunidade de apresentar as suas observações caso a decisão de 16 de Setembro de 1998 se baseasse em informações inexactas fornecidas durante a sua investigação.

Além disso, o pedido de falência e a subsequente declaração de falência das empresas do grupo Verlipack, em Janeiro de 1999, vieram desmentir as previsões extremamente positivas que existiam para a empresa na altura do acordo de cooperação técnica, financeira e de gestão com o grupo vidreiro alemão Heye-Glas.

Tendo em conta a falta de informações de importância determinante para a sua decisão, a Comissão vê-se obrigada a formular dúvidas quanto à fundamentação e integridade dos dados que lhe foram fornecidos, o que a poderá levar a revogar a sua decisão.

A Comissão tem em especial sérias dúvidas quanto à observância, por parte da região da Valónia, do princípio do investidor privado que desenvolve a sua actividade em condições normais de uma economia de mercado.

Com efeito, para a recapitalização do grupo Verlipack, a Heye-Glas obteve recursos públicos que cobriram praticamente a totalidade da sua contribuição. Contudo, contrariamente à região da Valónia, um investidor privado não teria adquirido uma participação no capital de 25,35 % e não teria, por outro lado, concedido um empréstimo de 12 394 676,24 de euros (500 milhões de francos belgas) à Heye para financiar a sua participação maioritária no capital da Verlipack.

Uma vez que não existe qualquer injeção de fundos privados, a contribuição das autoridades da Valónia não foi efectuada concomitantemente com a de um accionista privado.

<sup>(1)</sup> JO C 29 de 4.2.1999, p. 13.

<sup>(2)</sup> Boletim da CE 9-1984.

<sup>(3)</sup> Sociedade Regional de Investimento da Valónia.

Em conformidade com as duas convenções relativas ao empréstimo obrigacionista e ao empréstimo, o produto desta operação foi afectado ao refinanciamento das empresas industriais do grupo Verlipack na Valónia. A Comissão verifica que o grupo Heye decidiu não investir fundos próprios. A Comissão observa, além disso, que um investidor não teria concedido um empréstimo de capitais de risco destinado a uma empresa cuja viabilidade aparentemente não convenceu o grupo Heye-Glas. Por último, a Comissão conclui que as autoridades da Valónia não agiram, nem por ocasião da concessão dos empréstimos nem quando injectaram capitais novos na Verlipack, como um investidor privado que desenvolve a sua actividade em condições normais de uma economia de mercado que considerasse estarem reunidas condições satisfatórias para realizar uma injeção de fundos próprios na Verlipack.

Consequentemente, os dois empréstimos constituem auxílios que devem ser considerados ilegais.

A Comissão examinou a compatibilidade dos auxílios face à derrogação prevista no n.º 3, alínea c), do artigo 87.º do Tratado. Neste contexto, a Comissão verificou a aplicação da derrogação com base nos enquadramentos e orientações através dos quais a Comissão publicou, de forma transparente, a sua interpretação da derrogação em questão.

Na sequência deste exame, a Comissão considera que os auxílios à Verlipack não podem ser aprovados nos termos das orientações comunitárias relativas aos auxílios estatais de emergência e à reestruturação concedidos a empresas em dificuldade (4). Com base nos elementos de que a Comissão dispõe, os auxílios não podem também ser considerados como destinados a facilitar o desenvolvimento económico de certas actividades ou regiões económicas. No mercado dos recipientes em vidro oco, em que a Verlipack desenvolve a sua actividade, existe comércio intracomunitário e concorrência nesse comércio. Além disso, de acordo com as declarações dos dirigentes da Verlipack, a empresa apresentou um pedido de falência devido à queda dos preços e a um excesso de capacidade na produção vidreira da Europa Central. Por último, a Comissão verifica que os auxílios concedidos pelas autoridades da Valónia são susceptíveis de alterar as condições das trocas comerciais numa medida contrária ao interesse comum.

Na presente fase, a Comissão não dispõe de elementos que lhe permitam concluir que estão preenchidas as condições necessárias para beneficiar de uma derrogação nos termos do n.º 3, alínea c) do artigo 87.º do Tratado CE. Consequentemente, a Comissão decidiu dar início ao processo previsto no n.º 2 do artigo 88.º do Tratado CE, em conformidade com o artigo 9.º do Regulamento (CE) n.º 659/1999 do Conselho de 22 de Março de 1999 que estabelece as regras de execução do artigo 88.º do Tratado CE (5).

Nos termos do artigo 14.º do regulamento acima referido, os auxílios ilegais podem ser objecto de recuperação junto do beneficiário.

(4) JO C 368 de 23.12.1994, p. 12.

(5) JO L 83 de 27.3.1999, p. 1.

## Texto do ofício

### „1. INLEIDING

Op 16 september 1998 besloot de Commissie geen bezwaar te maken tegen de maatregelen van het Waals Gewest ten gunste van Verlipack (6), na deze maatregelen aan de artikelen 87 en volgende van het EG-Verdrag en artikel 61 van de EER-Overeenkomst te hebben getoetst.

De inbreng door de overheid van 200 miljoen BEF kapitaal in de Holding Verlipack II (7) met 150 miljoen BEF verhoogd door omzetting van een door de Waalse autoriteiten toegekende participatielening (8) werd als verenigbaar met de richtsnoeren inzake kapitaal inbreng door de overheid in ondernemingen (9) beschouwd. Volgens de Belgische autoriteiten vond de inbreng van overheidskapitaal plaats in samenhang met de inbreng van 500 miljoen BEF privékapitaal door de groep Heye-Glas bij de verhoging van het kapitaal van de Holding Verlipack (10) op 11 april 1997. De deelneming van de overheid in het kapitaal was dus een minderheidsdeelneming ten opzichte van de deelneming van de particuliere investeerder.

De Commissie hield ook rekening met het feit dat de maatregelen van het Waals Gewest werden genomen op grond van gunstige vooruitzichten op termijn die, zoals door de deelneming van de particuliere investeerder werd bewezen, lieten verwachten dat Verlipack levensvatbaar zou zijn. Tenslotte achtte de Commissie de overheidsmaatregelen in overeenstemming met het gedrag van een particuliere investeerder onder normale markteconomische omstandigheden.

Volgens persberichten die vanaf eind oktober 1998 verschenen, zou Verlipack echter in 1998 een structureel verlies van 715 miljoen BEF lijden. Bovendien werd gesteld dat het bij het bedrag van 500 miljoen BEF dat door de groep Heye in de Holding Verlipack I werd ingebracht, in werkelijkheid om middelen ging die in de vorm van twee obligatieleningen van elk 250 miljoen BEF van het Waals Gewest, meer bepaald van de SRIW (11) afkomstig waren.

De Commissie ontving ook verschillende klachten waarin haar aandacht op diezelfde informatie werd gevestigd en waarin haar werd gevraagd de zaak in het licht van de nieuwe elementen opnieuw te onderzoeken.

Op 14 december 1998 verzocht de Commissie de Belgische autoriteiten om opheldering. Bij brief van 23 december 1998 verzocht de Belgische regering haar een antwoordtermijn toe te kennen; dit verzoek werd op 6 januari 1999 ingewilligd.

(6) PB C 29 van 4.2.1999, blz. 13.

(7) Opgericht op 11.4.1997.

(8) Toegekend op 7.4.1997.

(9) EG-Bulletin 9-1984.

(10) Opgericht op 24.1.1997.

(11) Société Régionale d'Investissement de Wallonie, een naamloze vennootschap van openbaar nut.

Op 13 januari 1999, na de stopzetting van de activiteiten van de fabriek te Mol (Vlaanderen) en de op 7 januari 1999 aangekondigde indiening van een aanvraag om een gerechtelijk akkoord voor de fabrieken te Jumet en Ghlin (Wallonië), werd een nieuw verzoek om inlichtingen betreffende de evolutie van Verlipack tot de Belgische autoriteiten gericht, waarin deze er enerzijds aan werden herinnerd dat zij alle door de Commissie bij brief van 23 december 1998 gevraagde inlichtingen dienden te verstrekken, en zij er anderzijds op werden geattendeerd dat de Commissie ten aanzien van nieuwe overheidsmaatregelen ten gunste van Verlipack een restrictief standpunt zou kunnen innemen.

De Rechtbank van koophandel van Turnhout sprak op 11 januari 1999 het faillissement van de vestiging van Verlipack te Mol (Vlaanderen) uit, terwijl het Tribunal de commerce van Mons op 18 januari 1999 het faillissement van de zes vennootschappen van de glasgroep Verlipack (de vestigingen te Ghlin en Jumet — Wallonië —, Verlipack Belgium, Verlipack Engineering, Verlimo en Imcourlease) uitsprak.

Bij brief van 28 januari 1999 verzocht de Belgische regering haar een bijkomende antwoordtermijn van 15 dagen toe te kennen; dit verzoek werd op 2 februari 1999 door de Commissie ingewilligd.

Bij brief van 4 februari 1999, ingeschreven op 9 februari 1999, lieten de Belgische autoriteiten weten dat het Waals Gewest, „met name rekening houdend met het laatste besluit van de Europese Commissie”, niet voornemens was de periode van het gerechtelijk akkoord te financieren. Bij brief van 16 maart 1999, ingeschreven op 18 maart 1999, bevestigde de Belgische regering in antwoord op de brief van de Commissie van 12 februari 1999 dat het Vlaams Gewest niet voornemens was maatregelen ten gunste van de vestiging te Mol te nemen.

Bij brief van 25 februari 1999, ingeschreven op 1 maart 1999, verstrekten de Belgische autoriteiten de gevraagde aanvullende inlichtingen. De Commissie zag zich op grond van die inlichtingen genoodzaakt het geheel van de in 1997 door het Waals Gewest ten gunste van Verlipack genomen maatregelen opnieuw te onderzoeken.

## 2. DE BEGUNSTIGDE

SA Verlipack was, totdat zij op 18 januari 1999 failliet werd verklaard, de grootste Belgische producent van hol verpakkingsglas, met een marktaandeel van 20 % in België en van 2 % in de Europese Unie en met 735 werknemers in haar fabrieken te Ghlin en Jumet (Wallonië) en te Mol (Vlaanderen). De naamlose vennootschappen Verlipack-Ghlin, Verlipack-Jumet en Verlipack Mol werden in 1985 opgericht in het kader van de door de Commissie goedgekeurde herstructurering van de holglassector<sup>(12)</sup>; de Nationale Maatschappij voor de herstructurering van

de nationale sectoren nam een participatie van 49 % in deze vennootschappen. De twee Waalse productievevestigingen van Verlipack (Jumet en Ghlin) zijn gelegen in een steungebied in de zin van artikel 87, lid 3, onder c), EG-Verdrag, waarvoor een reeds door de Commissie goedgekeurde regionale steunregeling geldt<sup>(13)</sup>.

In 1989 verwief het Waals Gewest overeenkomstig de bijzondere wet van 16 januari 1989 de aandelen zonder stemrecht van de vestigingen te Ghlin en Jumet, terwijl de aandelen van de vestiging te Mol aan het Vlaams Gewest werden overgedragen. Ten gevolge van verschillende kapitaalverhogingen door de particuliere aandeelhouder (Imcopack Wallonie en Imcopack Vlaanderen) verminderde nadien de overheidsdeelneming. Tenslotte verkocht het Waals Gewest in december 1996 zijn aandelen van de twee Waalse vestigingen, waarvan de waarde op 113 712 000 BEF werd geraamd, aan de groep Beaulieu.

In september 1996 sloot de Duitse industriegroep Heye-Glas een overeenkomst inzake technische bijstand met de groep Verlipack. Deze overeenkomst werd nadien, op 11 april 1997, tot bijstand op het gebied van het management en financiële bijstand uitgebreid. Op laatstgenoemde datum nam de glasgroep Heye in het kader van een kapitaalverhoging een participatie van 515 miljoen BEF in de Holding Verlipack I en het Waals Gewest de Holding Verlipack II opgericht.

## 3. BESCHRIJVING VAN DE MAATREGELEN

### 3.1. Maatregelen die onder toepassing van de beschikking van de Commissie van 16 september 1998 vallen

Bij de oprichting van de Holding Verlipack II, waarvan de aandeelhouder de Holding Verlipack I is met een kapitaal van 1,030 miljard BEF, dat voor de helft eigendom is van de groep Beaulieu en voor de helft van de Duitse groep Heye (die een aandeel meer bezit), nam het Waals Gewest een participatie van 200 miljoen BEF. Door omzetting van de participatielening van 150 miljoen BEF nam zijn deelneming toe tot 350 miljoen BEF, hetgeen overeenkomt met 25,35 % van het kapitaal van de Holding Verlipack II.

### 3.2. Maatregelen die niet onder toepassing van de beschikking van de Commissie van 16 september 1998 vallen

Uit de door uw autoriteiten op 25 februari 1999 verstrekte aanvullende inlichtingen blijkt dat het Waals Gewest bijkomende maatregelen heeft genomen toen de groep Heye aandeelhouder van Verlipack is geworden. Overeenkomstig de besluiten van 8 januari en 12 maart 1997 van de raad van bestuur van de SRIW werden aan Heye twee leningen van elk 250 miljoen BEF toegekend, „d.w.z. het bedrag van de inbreng in geld van Heye in de holding A (bedrag dat overigens als kapitaal in de Holding B en vervolgens als kapitaal in de exploitatievennootschappen Verlipack is ingebracht”.

<sup>(12)</sup> Steunmaatregel N 123/85.

<sup>(13)</sup> PB L 312 van 9.11.1982.

Het betreft in casu:

- een op 27 maart 1997 uitgegeven obligatielening van 250 miljoen BEF met een looptijd van vijf jaar tegen een rente van 5,10 % plus 1 % risicopremie, bestemd voor het financieren van de kapitalisatie van de vestigingen te Ghlin en Jumet en van investeringen in de drie exploitatievestigingen van de groep Verlipack, waaronder de vestiging te Mol in Vlaanderen.

En clause inzake voorwaardelijke afstand van schuldvordering bepaalt dat „ingeval op de overeengekomen vervaldag van een schijf van de lening de vennootschap Holding 2 [...] en de drie exploitatievennootschappen SA Verlipack Jumet, SA Verlipack Ghlin en NV Verlipack Mol failliet zouden zijn verklaard, de bedragen die de onderneming vanaf die vervaldag en met inbegrip van de op die dag vervallen termijn verschuldigd is, niet meer moeten worden terugbetaald aan de SRIW, die zich er in dat geval toe verbindt in zoverre afstand van schuldvordering te doen, mits de onderneming tot die dag regelmatig de termijnen, zowel de hoofdsom als de rente, heeft afgelost. Deze clause is evenwel niet van toepassing, indien het faillissement het gevolg is van een weloverwogen beleid van de meerderheidsaandeelhouder Heye, dat tot gevolg heeft dat de productie naar derde landen wordt overgebracht”;

- een op 28 maart 1997 toegekende lening met een looptijd van tien jaar tegen een „rente gelijk aan de Bibor-rente op zes maanden die geldt op de eerste werkdag van elk semester waarvoor ze verschuldigd is, [...], vermeerderd met 1,5 %. [...]”. De onderneming kan echter te allen tijde besluiten om voor de gehele resterende looptijd van de lening voor een vaste rente van 7 % per jaar te opteren”.

De in de leningovereenkomst opgenomen bestemmingsclausule bepaalt dat „het gehele bedrag [...] bestemd is ter financiering van de verwezenlijking van de operaties, beschreven in de als bijlage bij

deze overeenkomst gevoegde schema's”. Deze clause moest „leiden tot een verhoging in geld van het kapitaal van SA Verlipack Ghlin met ten minste 400 miljoen BEF en [...] van dat van SA Verlipack Jumet met ten minste 300 miljoen BEF, alsook tot investeringen van de drie exploitatievennootschappen van de groep overeenkomstig het investeringsplan [...]”.

De in de overeenkomst opgenomen clause inzake onmiddellijke opeisbaarheid geeft de SRIW de mogelijkheid de onmiddellijke terugbetaling van de lening te eisen in onder meer de volgende gevallen: „wanneer kennelijk onjuiste inlichtingen worden verstrekt; wanneer de onderneming een wettelijke of contractuele verplichting met betrekking tot de lening zelfs ten dele niet nakomt; in geval van niet-uitvoering van de bestemmingsclausule (financieringsoperaties) uiterlijk op 31 juli 1997; wanneer de voorziene investeringen niet op 31 december 2000 ten belope van ten minste 80 % van de voorziene bedragen zijn verwezenlijkt [...]; in geval van vrijwillige liquidatie van de vennootschappen SA Verlipack Jumet, SA Verlipack Ghlin en NV Verlipack mol [...]”.

Tenslotte werd volgens de door de Belgische autoriteiten op 25 februari 1999 verstrekte inlichtingen „bij de ondertekening van de overeenkomst tussen Beaulieu en Heye overeengekomen dat deze aandelen en winstaandelen (zie onderstaande tabel) vóór een eventuele nieuwe interventie van het Waals Gewest door de groep Beaulieu moesten worden ingekocht. Overeenkomstig artikel 3 van het Koninklijk Besluit van 7 mei 1985 mag de inkoopprijs niet minder bedragen dan 80 % van de emissieprijs. De inkoop zou bijgevolg plaatsvinden tegen een prijs gelijk aan 80 % van de emissieprijs (10 000 BEF per aandeel en winstaandeel), maar er zouden betalingsfaciliteiten worden toegestaan in de vorm van een spreading over termijnen van 20 % van 2001 tot en met 2005”. Uit de nieuwe inlichtingen die de Commissie heeft ontvangen, blijkt ook dat over de bedragen die op de in de overeenkomst vastgestelde data verschuldigd zijn, geen rente zal worden berekend.

#### Participatie van het Waals Gewest op 31.8.1996

Exploitatievestiging	Preferente aandelen zonder stemrecht	Winst aandelen I	Winst aandelen II	Totaal
Verlipack Jumet	2 923	2 267	17 717	
Verlipack Ghlin	5 087	3 937	8 194	
Totaal	8 010	6 204	25 911	40 125

De groep Beaulieu heeft de aandelen en winstaandelen van het Waals Gewest voor een bedrag van 113 712 000 BEF ingekocht.

#### 4. BEOORDELING

De Commissie heeft, na de inbreng van 350 miljoen BEF kapitaal door het Waals Gewest in Verlipack te hebben onderzocht, op 16 september 1998 besloten hiertegen geen bezwaar te maken.

Deze conclusie beruiste op de door uw autoriteiten verstrekte inlichtingen, volgens welke het Waals Gewest zich bij de inbreng van kapitaal in Verlipack in de zin van bovengenoemde richtsnoeren had gedragen als een inbrenger van risicokapitaal onder in een markteconomie normale omstandigheden. Het feit dat de groep Heye

tegelijkertijd een meerderheidsparticipatie van 515 miljoen BEF in Verlipack had genomen, toonde aan dat de vooruitzichten inzake de rentabiliteit op termijn en de levensvatbaarheid van de onderneming goed waren.

Het faillissement van de vennootschappen van de groep Verlipack in januari 1999, waaruit blijkt dat de vooruitzichten op het ogenblik van de sluiting van de overeenkomst inzake technische en financiële bijstand en bijstand op het gebied van het management met de groep Heye ten onrechte als zeer positief waren beoordeeld, de in de pers verschenen berichten en de verschillende klachten die zij heeft ontvangen, noodzaken de Commissie uiting te geven aan twijfel omtrent de juistheid en betrouwbaarheid van de gegevens die aan haar beschikking ten grondslag lagen.

De door uw autoriteiten op 25 februari 1999 op verzoek van de Commissie verstrekte aanvullende inlichtingen bevestigden dat na de inbreng van kapitaal door het Waals Gewest in de Holding Verlipack II, waarop bovengenoemde beschikking betrekking heeft, de SRIW, een vennootschap van openbaar nut, twee leningen van elk 250 miljoen BEF aan de groep Heye heeft toegekend om zijn inbreng van kapitaal in de Holding Verlipack I en vervolgens in de Holding Verlipack II te financieren. Toen de Commissie haar beschikking gaf, beschikte zij niet over deze inlichtingen.

De Commissie wijst erop dat zij, omdat bepaalde inlichtingen ontbraken die voor bovengenoemde beschikking van doorslaggevend belang zouden zijn geweest, de regels inzake staatssteun niet op correcte en doeltreffende wijze heeft kunnen toepassen, hetgeen voor haar aanleiding kan zijn om deze beschikking te herroepen.

De Commissie herinnert eraan dat volgens punt 3.3 van bovengenoemde richtsnoeren de inbreng van vers kapitaal in een onderneming steun vormt, wanneer die inbreng plaatsvindt onder omstandigheden die niet aanvaardbaar zouden zijn voor een particuliere investeerder die onder in een markteconomie normale omstandigheden handelt.

Rekening houdend met de nieuwe inlichtingen betreffende de twee leningen die de SRIW aan de groep Heye heeft toegekend, twijfelt de Commissie er sterk aan of het Waals Gewest bij het nemen van maatregelen ten gunste van Verlipack het beginsel van de particuliere investeerder in acht heeft genomen.

Indien er geen sprake is van een inbreng van particuliere middelen, gaat de inbreng van kapitaal door de Waalse autoriteiten niet langer samen met een inbreng door een privé-aandeelhouder.

De Commissie wijst er in dit verband op dat de groep Heye bij het verstrekken van vers kapitaal aan de groep Verlipack gebruik heeft gemaakt van overheidsmiddelen in de vorm van leningen waarvan het bedrag nagenoeg gelijk is aan dat van zijn inbreng in de Holdings Verlipack. De groep Heye heeft dus geen risicokapitaal ingebracht, maar middelen die van de SRIW afkomstig zijn.

De Commissie is in deze context van oordeel dat het feit dat de groep Heye-Glas geen eigen middelen heeft ingebracht, aantoonde dat hij op het ogenblik waarop hij aandeelhouder van Verlipack werd, aan de levensvatbaarheid van de onderneming twijfelde. Deze twijfel, die ontegenzeggelijk invloed heeft gehad op het gedrag van Heye als particuliere investeerder onder normale markteconomische omstandigheden voor wie het onder de gegeven omstandigheden niet aanvaardbaar was eigen middelen in Verlipack in te brengen, bleek later terecht te zijn toen op 18 januari 1999 de vennootschappen van de glasgroep Verlipack failliet werden verklaard.

De Commissie merkt voorts op dat een particuliere investeerder niet, zoals het Waals Gewest heeft gedaan, 850 miljoen BEF ter beschikking van Verlipack zou hebben gesteld door enerzijds een participatie van 350 miljoen BEF (25,35 % van het kapitaal) te nemen en anderzijds de groep Heye-Glas 500 miljoen BEF te lenen om zijn meerderheidsdeelneming in Verlipack te financieren. Voor de twee leningen die door de SRIW aan de groep Heye-Glas zijn toegekend om zijn inbreng van kapitaal in de groep Verlipack te financieren, zijn overheidsmiddelen gebruikt. Steun, door een staat verleend of in welke vorm ook met staatsmiddelen bekostigd, die het handelsverkeer tussen de lidstaten ongunstig beïnvloedt en door begunstiging van de onderneming welke de steun ontvangt, de mededinging vervalst of dreigt te vervalsen, valt onder toepassing van artikel 87, lid 1, van het Verdrag, indien die steun die onderneming in staat stelt kapitaal te verkrijgen onder voordeliger voorwaarden dan de marktvoorwaarden. De marktvoorwaarden en de voorwaarden van de betrokken leningen moeten worden vergeleken op het tijdstip waarop die leningen werden toegekend, d.w.z. 27 en 28 maart 1997, de datum waarop de twee overeenkomsten werden ondertekend. De referentierentevoet bedroeg in België in het tweede halfjaar van 1997 7,21 %.

De obligatielening werd aan Heye toegekend tegen een rentevoet van 6,10 %. Bovendien bepaalt de in de leningsovereenkomst opgenomen clause inzake afstand van schuldvordering dat in geval van faillissement van de drie exploitatievestigingen te Jumet, Ghlin en Mol Heye-Glas niet langer gehouden is de bedragen welke op die datum, in casu 18 januari 1999, verschuldigd zijn, aan de SRIW terug te betalen. Rekening houdend met deze elementen en inzonderheid met deze clause, meent de Commissie dat de toekenning van de lening van 250 miljoen BEF aan Heye niet in overeenstemming was met het gedrag van een particuliere investeerder in een markteconomie.

Wat de tweede lening van 250 miljoen BEF betreft, deze werd aan Heye toegekend voor tien jaar en tegen de Bibor-rente (op zes maanden), d.w.z. 4,92 % van 28 maart 1997 tot en met 30 september 1997 en 5,30 % van 1 oktober 1997 tot en met 30 september 1998. Volgens het aflossingsplan zou eerst vanaf het vierde jaar, nl. op 28 maart 2000, met de terugbetaling van de lening moeten zijn begonnen. De Commissie leidt uit deze elementen af dat de toekenning van deze lening niet in overeenstemming was met het gedrag van een particuliere investeerder in een markteconomie.

Het bedrag van de twee leningen, in totaal 500 miljoen BEF, moet volgens de twee overeenkomsten, waarvan de Commissie op 25 februari 1999 (d.w.z. vijf maanden na haar bovengenoemde beschikking) een exemplaar heeft ontvangen, en volgens de besluiten van de raad van bestuur van de SRIW worden gebruikt voor een verhoging van het kapitaal van de vestigingen te Ghlin en Jumet en voor investeringen overeenkomstig het in twee fasen (1997-1999 en 2000-2001) uit te voeren investeringsplan.

De Commissie constateert bijgevolg dat de groep Heye, hoewel hij formeel de debiteur van de twee leningen voor een totaalbedrag van 500 miljoen BEF is, volgens de twee overeenkomsten dit bedrag niet voor andere doeleinden heeft kunnen gebruiken en dat dit bedrag onmiddellijk na de terbeschikkingstelling ervan naar de groep Verlipack is overgegaan. De Commissie leidt hieruit af dat de begunstigde van de in de vorm van deze leningen verleende steun de groep Verlipack was. Zij wijst erop dat, zoals reeds gezegd, de groep Heye, toen hij aandeelhouder van Verlipack is geworden, daarvoor geen eigen middelen heeft willen gebruiken. Zij merkt ook op dat een geldschietter geen risicokapitaal, met name niet als aanvulling op door de overheid ingebracht kapitaal, zou hebben geleend dat bestemd was voor een onderneming waarvan niet was aangetoond dat zij levensvatbaar was.

De Commissie concludeert dat de Waalse autoriteiten zich bij de toekenning van de twee leningen en bij de inbreng van vers kapitaal in Verlipack niet hebben gedragen als een particuliere investeerder onder normale markteconomische omstandigheden. De groep Verlipack is werkzaam op de markt voor hol verpakkingsglas, waar hij op het ogenblik waarop de steun werd verleend, een marktaandeel van 20 % in België en van 2 % in de Europese Unie had. Op deze markt vindt intracommunautaire handel plaats en bij deze handel wordt concurrentie gevoerd. „Wanneer financiële steun van een staat de positie van een onderneming ten opzichte van andere concurrerende ondernemingen in het intracommunautaire handelsverkeer versterkt, moet dit handelsverkeer worden geacht door de steun te worden beïnvloed.”<sup>(14)</sup>

Bovendien is, naar de bestuurders van Verlipack hebben verklaard, het faillissement van de onderneming het gevolg van de ineenstorting van de prijzen, die op haar beurt is toe te schrijven aan overcapaciteit bij de glasproductie op de Midden-Europese markt.

De Commissie moet hieruit de conclusie trekken dat de terbeschikkingstelling door de Waalse autoriteiten van een totaalbedrag van 850 miljoen BEF aan Verlipack deze onderneming begunstigt, het handelsverkeer tussen de lidstaten ongunstig beïnvloedt en de mededinging vervalst of dreigt te vervalsen.

Wat meer bepaald de terbeschikkingstelling door de SRIW van 500 miljoen BEF aan Verlipack door middel van de leningen aan de groep Heye betreft, moet worden geconstateerd dat hiervan geen aanmelding bij de Commissie heeft plaatsgevonden. De Commissie betreurt dat uw autoriteiten hun verplichting uit hoofde van artikel 88, lid 3, van het Verdrag om deze steun bij de Commissie aan te melden, niet zijn nagekomen, zodat deze steun als onwettig moet worden beschouwd.

Aan deze conclusie wordt niet afgedaan door het argument van uw autoriteiten dat de SRIW onmiddellijk na het faillissement van Verlipack de in de leningovereenkomsten opgenomen clausule inzake onmiddellijke opeisbaarheid heeft toegepast, „zodat geen afstand van schuldverordering heeft plaatsgevonden en dit steunelement bijgevolg is weggefallen”. De Commissie is van mening dat de steun voor een totaalbedrag van 850 miljoen BEF die Verlipack heeft ontvangen, niet met de gemeenschappelijke markt verenigbaar is op grond van afwijkingsbepalingen in artikel 87, lid 2, van het EG-Verdrag, omdat de steun geen steun van sociale aard voor individuele verbruikers is, noch steun tot herstel van de schade veroorzaakt door natuurrampen of andere buitengewone gebeurtenissen. De afwijkingsbepaling in artikel 87, lid 2, onder c), is niet van toepassing. De steun kan evenmin op grond van artikel 87, lid 3, onder a), b) of d), als verenigbaar met de gemeenschappelijke markt worden beschouwd. Het betreft immers geen steun ter bevordering van de economische ontwikkeling van streken waar de levensstandaard abnormaal laag is of waar een ernstig gebrek aan werkgelegenheid heerst, zoals bedoeld in artikel 87, lid 3, onder a), in de zin van de mededeling van de Commissie inzake de wijze van toepassing van artikel 87, lid 3, onder a) en c), op regionale steunmaatregelen<sup>(15)</sup>. Het betreft evenmin steun om de verwezenlijking van een belangrijk project van gemeenschappelijk Europees belang te bevorderen of een ernstige verstoring in de economie van een lidstaat op te heffen, noch steun om de cultuur en de instandhouding van het culturele erfgoed te bevorderen.

<sup>(14)</sup> Arrest van het Hof van Justitie van 17 september 1980 in zaak 730/79, Philip Morris/Commissie, Jurispr. 1980, blz. 2671, punt 11.

<sup>(15)</sup> PB C 212 van 12.8.1988, blz. 2.

De Commissie dient bijgevolg op grond van de afwijkingbepaling in artikel 87, lid 3, onder c), van het Verdrag de steun op zijn verenigbaarheid met de gemeenschappelijke markt te toetsen. Of deze afwijkingbepaling van toepassing is, moet worden onderzocht aan de hand van de kaderregelingen en richtsnoeren waarin de Commissie op doorzichtige wijze heeft uiteengezet hoe zij deze afwijkingbepaling uitlegt.

Gezien de situatie van de groep Verlipack, kan de betrokken steun worden onderzocht op grond van de in 1994 gepubliceerde communautaire kaderregeling inzake reddings- en herstructureringssteun voor ondernemingen in moeilijkheden<sup>(16)</sup>. De Commissie is in het huidige stadium niet in staat te concluderen dat de maatregelen van de Waalse autoriteiten met reddingssteun kunnen worden gelijkgesteld, omdat niet aan de vastgestelde voorwaarden is voldaan<sup>(17)</sup>. De Commissie kan evenmin concluderen dat het herstructureringssteun betreft die aan de in de kaderregeling vastgestelde voorwaarden voldoet. Uw autoriteiten hebben immers geen herstructureringsplan in de zin van de kaderregeling ingediend, noch op grond van realistische hypothesen uiteengezet hoe de onderneming in de toekomst zal functioneren. Meer bepaald hebben uw autoriteiten geen voldoende gegevens verstrekt om te kunnen beoordelen of de onderneming op lange termijn levensvatbaar zal zijn, zoals in de kaderregeling wordt vereist. Tenslotte is het strategische plan waarop uw autoriteiten zich hebben gebaseerd om de steun te verlenen, klaarblijkelijk niet volledig uitgevoerd, zoals blijkt uit het faillissement begin 1999. De Commissie is bijgevolg in het huidige stadium niet in staat te concluderen dat de steun voor Verlipack op grond van bovengenoemde kaderregeling kan worden goedgekeurd.

De betrokken steun kan ook worden gezien als steun om de ontwikkeling van bepaalde regionale economieën te vergemakkelijken.

De vestigingen te Ghlin en Jumet zijn immers in een steungebied in de zin van artikel 87, lid 2, onder c), van het Verdrag gelegen. Voor dit gebied gelden door de Commissie goedgekeurde regionale steunregelingen, waarin het maximale steunplafond op 25 % netto is vastgesteld. De Commissie beschikt echter in het huidige stadium over geen enkel gegeven om de steun als investeringssteun te kunnen aanmerken, noch om te kunnen nagaan of de betrokken investeringen voor steun in aanmerking komen, noch om de steunintensiteit te kunnen berekenen.

De Commissie beschikt in het huidige stadium niet over gegevens waaruit zij zou kunnen afleiden dat de betrokken steun aan de voorwaarden voor toepassing van de afwijkingbepaling in artikel 87, lid 3, onder c), van het Verdrag voldoet.

De gegevens betreffende de maatregelen van de Waalse autoriteiten waarover de Commissie beschikt, lijken erop te wijzen dat het om bedrijfssteun voor Verlipack gaat, die onverenigbaar met de gemeenschappelijke markt is.

Tenslotte heeft de Commissie ook nota genomen van de betalingsfaciliteiten bij de inkoop van de preferente aandelen zonder stemrecht en de winstaandelen door de groep Beaulieu voor een bedrag van 113 712 000 BEF. Zij heeft met name geconstateerd dat dit bedrag betaalbaar was in termijnen van 20 % van 2001 tot en met 2005. Aangezien de groep Verlipack op 18 januari 1999, dus vóór de vervaldag van de eerste termijn, failliet is verklaard, heeft de groep Beaulieu niets aan het Waals Gewest betaald. De Commissie sluit in het huidige stadium niet uit dat de oprichting van de twee Holdings Verlipack een voordeel voor de groep Beaulieu kan hebben betekend, in die zin dat de verkoop van de aandelen en winstaandelen aan deze groep als steun in de zin van artikel 87, lid 1, van het Verdrag zou kunnen worden beschouwd. De onderhavige beschikking laat evenwel de kwalificatie van deze maatregel en de vraag of hij al dan niet met de gemeenschappelijke markt verenigbaar is, onverlet.

De Commissie is op grond van het bovenstaande van oordeel dat er twijfel bestaat omtrent de verenigbaarheid met artikel 87 van het EG-Verdrag en artikel 61 van de EER-Overeenkomst van de aan Verlipack verleende steun, te weten de inbreng van 350 miljoen BEF kapitaal door het Waals Gewest en de terbeschikkingstelling van middelen in de vorm van twee door de SRIW aan de groep Heye toegekende leningen, bestemd om zijn deelneming van 515 miljoen BEF in Verlipack te financieren.

De Commissie heeft derhalve om de hierboven uiteenzette redenen besloten de procedure van artikel 88, lid 2, van het EG-Verdrag in te leiden overeenkomstig artikel 9 van Verordening (EG) nr. 659/1999 van de Raad van 22 maart 1999 tot vaststelling van nadere bepalingen voor de toepassing van artikel 88 EG-Verdrag<sup>(18)</sup>.

In het kader van deze procedure verzoekt de Commissie de Belgische autoriteiten haar binnen een maand na de kennisgeving van de onderhavige beschikking hun opmerkingen te doen toekomen, alsmede alle inlichtingen die voor de beoordeling van de steun noodzakelijk zijn, en met name:

- inlichtingen waaruit blijkt onder welke omstandigheden de SRIW heeft aanvaard de groep Heye met het oog op zijn inbreng in geld in de Holdings Verlipack I en II de twee bovengenoemde leningen toe te kennen;
- in voorkomend geval, inlichtingen waaruit blijkt op grond van welke regionale steunregeling de Waalse autoriteiten deze leningen zouden hebben kunnen toekennen;

<sup>(16)</sup> PB C 368 van 23.12.1994, blz. 12.

<sup>(17)</sup> Achtste Verslag over het mededingingsbeleid, punt 228.

<sup>(18)</sup> PB L 83 van 27.3.1999, blz. 1.

- inlichtingen waaruit blijkt welke bedragen Heye, te rekenen vanaf het faillissement van de productievevestigingen van Verlipack, uit hoofde van deze twee leningen aan de SRIW verschuldigd is;
- inlichtingen betreffende de stand van de akkoordprocedure ten aanzien van de zeven failliete vennootschappen en met name betreffende de Holding Verlipack II, waarvan volgens de door uw autoriteiten op 19 februari 1999 verstrekte inlichtingen „het eventuele failliet” mogelijk was;
- teneinde te kunnen beoordelen of ze voor steun in aanmerking komen, inlichtingen betreffende de omvang en de aard van de overeenkomstig de investeringsprogramma's voor de periode 1997-2001 verwezenlijkte investeringen voor een totaalbedrag van 2,462 miljard BEF, zoals door uw autoriteiten bij het onderzoek naar de inbreng van kapitaal door het Waals Gewest in Verlipack meegedeeld. Volgens uw autoriteiten kon voor de verwezenlijking van deze investeringen op een solide financieringsverbintenis van banken worden gerekend;
- inlichtingen betreffende de nominale waarde respectievelijk de inschrijvingswaarde van de preferente aandelen zonder stemrecht en de winstaandelen die tegen 80 % van de emmissieprijs werden verkocht aan de groep Beaulieu „voor een eventuele nieuwe interventie van het Waals Gewest”;
- inlichtingen waaruit blijkt of het Waals Gewest voornemens is het door de groep Beaulieu verschuldigde bedrag van 113 712 000 BEF te vorderen.

De Commissie verzoekt uw autoriteiten onverwijld een afschrift van deze brief aan de mogelijke begunstigde van de steun toe te zenden.

De Commissie herinnert België eraan dat artikel 88, lid 3, van het EG-Verdrag schorsende werking heeft, en zij vestigt de aandacht van België op haar aan alle lidstaten gerichtte brief van 22 februari 1995, volgens welke kan worden verlangd dat op onwettige wijze verleende steun overeenkomstig de bepalingen van het nationale recht van de begunstigde wordt teruggevorderd vermeerderd met rente die wordt berekend op grond van de referentierentevoet die voor de berekening van het subsidie-equivalent van regionale steun wordt toegepast; deze rente is verschuldigd vanaf de datum waarop de steun ter beschikking van de begunstigde is gesteld, tot de datum waarop hij daadwerkelijk wordt terugbetaald.”.

## «1. INTRODUCTION

Le 16 septembre 1998, la Commission a décidé de ne pas soulever d'objections à l'égard des interventions de la Région wallonne en faveur de Verlipack<sup>(19)</sup> suite à un examen des mesures à la lumière des dispositions des articles 87 et suivants du traité CE et de l'article 61 de l'accord EEE.

L'apport de capital public à hauteur de 200 millions de francs belges (BEF) à la Holding Verlipack II<sup>(20)</sup> augmenté à concurrence de 150 millions de BEF suite à la conversion d'un prêt participatif accordé par les autorités wallonnes<sup>(21)</sup>, a été considéré compatible avec les lignes directrices concernant les apports en capital réalisés par l'État<sup>(22)</sup>. Selon les autorités belges, l'apport public s'est réalisé en concomitance avec l'apport privé du groupe Heye-Glas à hauteur de 500 millions de BEF à l'occasion de l'augmentation du capital de la Holding Verlipack I<sup>(23)</sup> du 11 avril 1997. L'intervention capitalistique publique est donc minoritaire par rapport à la part apportée par l'investisseur privé.

La Commission a également tenu compte du fait que les interventions de la Région wallonne se sont effectuées sur la base de perspectives favorables à terme qui, comme l'engagement de l'investisseur privé l'a prouvé, pouvaient escompter la viabilité de Verlipack. Enfin, la Commission a considéré que les interventions publiques correspondent au comportement d'un investisseur privé opérant dans des conditions normales d'une économie de marché.

Or, selon des articles de presse publiés depuis fin octobre 1998, Verlipack subirait une perte structurelle de 715 millions de BEF en 1998. De plus, l'apport de 500 millions de BEF du groupe Heye au capital de la Holding Verlipack I proviendrait en réalité de fonds originaires de la Région wallonne, la SRIW<sup>(24)</sup>, sous forme de deux prêts obligataires à hauteur de 250 millions de BEF chacun.

La Commission a également reçu plusieurs plaintes attirant son attention sur les mêmes informations et demandant un réexamen du dossier au vu des éléments nouveaux.

Le 14 décembre 1998, la Commission s'est adressée aux autorités belges pour obtenir des clarifications. Dans sa lettre du 23 décembre 1998, le gouvernement belge a demandé un délai de réponse, accordé le 6 janvier 1999.

Le 13 janvier 1999, suite à l'arrêt des activités de l'usine à Mol (Flandre) et la demande de concordat pour les usines à Jumet et Ghlin (Wallonie) annoncés le 7 janvier 1999, une nouvelle demande d'information concernant l'évolution de Verlipack a été adressée aux autorités belges en rappelant, d'une part, la transmission de toutes les informations demandées dans la lettre de la Commission du 23 décembre 1998 et, d'autre part, qu'une nouvelle intervention publique en faveur de Verlipack pourrait rencontrer une approche restrictive de la part de la Commission.

<sup>(20)</sup> Constituée le 11 avril 1997.

<sup>(21)</sup> Accordé le 7 avril 1997.

<sup>(22)</sup> Bulletin des CE 9-1984.

<sup>(23)</sup> Constituée le 24 janvier 1997.

<sup>(24)</sup> Société régionale d'investissement de Wallonie, société anonyme d'intérêt public.

<sup>(19)</sup> JO C 29 du 4.2.1999, p. 13.



Le tribunal de commerce de Turnhout a prononcé, le 11 janvier, la faillite du site Verlipack de Mol (Flandre), tandis que le tribunal de commerce de Mons a prononcé, le 18 janvier 1999, la faillite des six sociétés du groupe verrier Verlipack (les sites de Ghlin et Jumet — Wallonie —, Verlipack Belgium, Verlipack Engineering, Verlimo et Imcourlease).

Par lettre du 28 janvier 1999, le gouvernement belge a demandé un délai de réponse supplémentaire de quinze jours qui lui a été accordé le 2 février 1999 par la Commission.

Par lettre du 4 février, enregistrée le 9 février 1999, les autorités belges ont fait savoir que la Région wallonne n'envisage pas de financer la période concordataire "compte tenu notamment des termes de la dernière décision de la Commission européenne". Par lettre du 16 mars, enregistrée le 18 mars 1999, en réponse à la lettre de la Commission du 12 février 1999, le gouvernement belge a également confirmé que la Région flamande ne compte pas intervenir en faveur du site de Mol.

Par lettre du 25 février 1999, enregistrée le 1<sup>er</sup> mars 1999, les autorités belges ont apporté les précisions demandées sur la base desquelles la Commission s'est vue contrainte de rouvrir l'examen sur l'ensemble des mesures octroyées en 1997 par la Région wallonne en faveur de Verlipack.

## 2. LE BÉNÉFICIAIRE

La SA Verlipack, jusqu'à sa déclaration en faillite du 18 janvier 1999, a été le plus grand producteur belge de verre creux d'emballage, avec une part de marché en Belgique de 20 % et de 2 % dans l'Union européenne, et a employé 735 personnes dans ses usines implantées à Ghlin, Jumet (Wallonie) et à Mol (Flandre). Les sociétés anonymes Verlipack Ghlin, Verlipack Jumet et Verlipack Mol ont été constituées en 1985, avec une participation au capital de 49 % de la Société nationale pour la restructuration des secteurs nationaux, dans le cadre de la restructuration du secteur du verre creux approuvé par la Commission <sup>(25)</sup>. Les deux sites wallons de production de Verlipack (Jumet et Ghlin) sont implantés dans une zone assistée au titre de l'article 87, paragraphe 3, point c), du traité bénéficiant d'un régime d'aide à finalité régionale déjà autorisé par la Commission <sup>(26)</sup>.

En 1989, la Région wallonne a acquis, conformément à la loi spéciale du 16 janvier 1989, les titres sans droit de vote des sites de Ghlin et de Jumet, tandis que les titres

du site de Mol ont été cédés à la Région flamande. Suite à diverses augmentations du capital réalisées par l'actionnaire privé (Imcopack Wallonie et Imcopack Vlaanderen), la participation publique est successivement réduite. Finalement, en décembre 1996, la Région wallonne a cédé ses parts des deux sites wallons, évalués à 113 712 000 BEF, au groupe Beaulieu.

En septembre 1996, le groupe industriel allemand Heye-Glas a conclu un accord d'assistance technique avec le groupe Verlipack. Cet accord est ensuite étendu à une assistance managérielle et financière le 11 avril 1997. À cette date, le groupe verrier Heye entre dans le capital de la Holding Verlipack I, créée le 24 janvier 1997, à hauteur de 515 millions de BEF dans le cadre d'une augmentation du capital. Heye détient un titre supplémentaire par rapport au groupe Beaulieu. Le 11 avril 1997, la Holding Verlipack II est constituée entre les actionnaires de la Holding Verlipack I et la Région wallonne.

## 3. DESCRIPTION DES MESURES

### 3.1. Mesures sous le couvert de la décision de la Commission du 16 septembre 1998

Lors de la constitution de la Holding Verlipack II, dont l'actionnaire est la Holding Verlipack I avec un capital de 1,030 milliard de BEF, détenu à parts égales par le groupe Beaulieu et le groupe allemand Heye (détenant une action supplémentaire), la Région wallonne a pris une participation à hauteur de 200 millions de BEF. Suite à la conversion du prêt participatif de 150 millions de BEF, sa part est augmentée à 350 millions de BEF, représentant 25,35 % du capital de la Holding Verlipack II.

### 3.2. Mesures non couvertes par la décision de la Commission du 16 septembre 1998

Les précisions transmises par vos autorités le 25 février 1999 font apparaître des mesures supplémentaires que la Région wallonne avait accordées à l'occasion de l'entrée du groupe Heye au capital de Verlipack. Conformément aux décisions prises les 8 janvier et 12 mars 1997 par le conseil d'administration de la SRIW deux prêts à concurrence de 250 millions de BEF ont été octroyés à Heye, "soit le montant de l'apport en numéraire de Heye dans la holding A (montant apporté, par ailleurs, en capital à la holding B et, ensuite, en capital aux sociétés d'exploitation Verlipack)".

En l'occurrence, il s'agit:

— d'un emprunt obligataire, émis le 27 mars 1997, à hauteur de 250 millions de BEF, d'une durée de cinq ans et d'un taux fixé à 5,10 % plus 1 % de prime de risque, destiné à financer à due concurrence la réalisation des opérations de capitalisation des sites de Ghlin et de Jumet et d'investissement dans les trois sites d'exploitation du groupe Verlipack, en incluant le site de Mol en Flandre.

<sup>(25)</sup> Aide N 123/85.

<sup>(26)</sup> JO L 312 du 9.11.1982.

Une clause d'abandon de créance conditionnel stipule que, "dans l'hypothèse où à la date d'échéance conventionnelle d'une tranche de l'emprunt, la société holding 2 [...] ainsi que les trois sociétés d'exploitation, SA Verlipack Jumet, SA Verlipack Ghlin et SA Verlipack Mol, feraient l'objet d'un jugement déclaratif de faillite, les sommes dues par l'entreprise à compter de cette échéance et y compris cette échéance ne devront plus être remboursées à la SRIW, cette dernière s'engageant dans cette circonstance à faire l'abandon de créance correspondant pour autant que l'entreprise ait régulièrement honoré jusqu'à cette date les échéances tant de principal que d'intérêts. Cette clause ne sera toutefois pas d'application si la faillite résulte d'une politique délibérée de l'actionnaire majoritaire Heye ayant pour conséquence de délocaliser la production vers des pays tiers",

- d'un prêt octroyé le 28 mars 1997, d'une durée de dix ans, et d'un "intérêt au taux BIBOR à six mois en vigueur le premier jour ouvrable de chaque semestre pour lequel il est dû, [...], augmenté de 1,5 % [...]. Toutefois, l'entreprise pourra à tout moment, à compter de la sixième année, décider d'opter pour un taux d'intérêt fixe de 7 % l'an invariable pour toute la durée restant à courir sur le présent prêt".

La clause d'affectation de la convention prévoit que "l'intégralité du montant [...] est destinée à financer à due concurrence la réalisation des opérations décrites aux schémas en annexe à la présente convention". Cette clause devait "aboutir à une augmentation de capital de la SA Verlipack Ghlin en cash d'au minimum 400 millions de BEF et [...] de la SA Verlipack Jumet en cash d'au minimum 300 millions

de BEF ainsi qu'à des investissements par les trois sociétés d'exploitation du groupe conformes au plan d'investissement [...]".

La clause d'exigibilité immédiate de la convention de prêt permet à la SRIW d'exiger le remboursement immédiat de sa créance dans, entre autres: "les cas d'inexactitude significative des renseignements fournis; l'inexécution, même partielle, par l'entreprise, d'une obligation légale ou contractuelle se rapportant au prêt; la non-réalisation au plus tard le 31 juillet 1997 de la clause d'affectation (opérations de financement) ou si les investissements prévus n'avaient pas été réalisés à la date du 31 décembre 2000 à concurrence d'au moins 80 % des montants prévus [...]; la liquidation volontaire des sociétés SA Verlipack Jumet, SA Verlipack Ghlin et SA Verlipack Mol [...]".

Enfin, selon les informations transmises par les autorités belges en date du 25 février 1999, "lors de la convention signée entre Beaulieu et Heye, il a été convenu que ces actions et parts bénéficiaires (voir tableau ci-dessous) devaient être rachetées par le groupe Beaulieu préalablement à toute nouvelle intervention de la Région wallonne. Conformément à l'article 3 de l'arrêté royal du 7 mai 1985, le prix d'achat ne peut être inférieur à 80 % du prix d'émission. Le rachat serait, par conséquent, conclu au prix de 80 % du prix d'émission (soit 10 000 BEF par action et part), mais des facilités de paiement seraient octroyées prévoyant des échéances de 20 % de 2001 à 2005". Il ressort également des nouvelles informations reçues par la Commission qu'aucun intérêt ne sera compté sur les montants dus aux dates prévues dans la convention susmentionnée.

#### Participation de la Région wallonne au 31 août 1996

Site d'exploitation	Actions privilégiées sans droit de vote	Parts bénéficiaires I	Parts bénéficiaires II	Total
Verlipack Jumet	2 923	2 267	17 717	
Verlipack Ghlin	5 087	3 937	8 194	
Total	8 010	6 204	25 911	40 125

Le groupe Beaulieu a racheté les actions et parts de la Région wallonne pour un montant de 113 712 000 BEF.

#### 4. APPRÉCIATION

La Commission, après avoir examiné l'apport en capital à hauteur de 350 millions de BEF de la Région wallonne en faveur de Verlipack, a décidé, le 16 septembre 1998, de ne pas soulever d'objections à son égard.

Une telle conclusion s'est fondée sur les informations transmises par vos autorités selon lesquelles le comportement de la Région wallonne lors de l'apport en capital à Verlipack a été celui d'un apporteur de capital à risque

dans des conditions normales d'une économie de marché au vu des lignes directrices susmentionnées. En l'espèce, l'engagement concomitant, majoritaire et effectif à hauteur de 515 millions de BEF de la part du groupe Heye dans le capital de Verlipack démontrait des perspectives de rentabilité à terme et de la viabilité de cette entreprise.

Le dépôt de bilan et le prononcé de la faillite des sociétés du groupe Verlipack en janvier 1999, démentant les prévisions très positives établies au moment de l'accord

de coopération technique, financière et managériale avec le groupe Heye, ainsi que les articles parus dans la presse et les diverses plaintes reçues obligent la Commission à émettre des doutes quant au fondement et à l'intégrité des données fournies à la Commission ayant été à la base de sa décision.

Les précisions apportées par vos autorités le 25 février 1999 à la demande de la Commission confirment, outre l'intervention capitalistique dans la Holding Verlipack II de la Région Wallonne ayant fait l'objet de la décision précitée, le consentement de deux prêts à concurrence de 250 millions de BEF chacun par la SRIW, une société d'intérêt public, à Heye en vue de financer son apport au capital de la Holding Verlipack I et, ensuite, dans celui de la Holding Verlipack II. Ces informations n'ont pas été portées à la connaissance de la Commission avant qu'elle ne prenne sa décision.

La Commission remarque que l'absence de ces informations d'une importance déterminante pour sa décision susmentionnée ne lui a pas permis d'assurer une application correcte et efficace des règles relatives aux aides d'État et peut la conduire à révoquer cette décision.

La Commission rappelle que, au sens du point 3.3 des lignes directrices susmentionnées, un apport de capital neuf dans des entreprises constitue une aide si cet apport est réalisé dans des circonstances qui ne seraient pas acceptables pour un investisseur privé opérant dans des conditions normales d'une économie de marché.

Or, compte tenu des nouvelles informations relatives aux deux prêts consentis par la SRIW au groupe Heye, la Commission nourrit de forts doutes sur le respect, par la Région wallonne, du principe de l'investisseur privé lors de son intervention en faveur de Verlipack.

En effet, en l'absence d'un apport de fonds privés, l'apport en capital des autorités wallonnes n'intervient plus concomitamment avec celui d'un actionnaire privé.

À cet égard, la Commission observe que, lors de la recapitalisation du groupe Verlipack, le groupe Heye a fait recours à des ressources publiques sous forme de prêts couvrant la quasi-totalité de son apport au capital des *holdings* Verlipack. Le groupe Heye n'a donc pas apporté un capital à risque, mais des fonds provenant de ressources de la SRIW.

Dans ce contexte, la Commission considère que le non-engagement de Heye-Glas par des fonds propres démontre les doutes qu'il avait, au moment de son entrée dans Verlipack, sur la réelle viabilité de cette entreprise. Ces doutes, qui ont conditionné indubitablement le comportement de Heye en tant qu'investisseur privé opérant dans les conditions normales d'une économie de marché pour lequel les circonstances n'ont pas été acceptables pour réaliser un apport de fonds propres dans Verlipack, ont, par la suite, été confortés par le prononcé de la faillite des sociétés du groupe verrier Verlipack le 18 janvier 1999.

La Commission remarque, en outre, qu'un investisseur privé n'aurait pas, comme la région wallonne l'a fait, d'une part, pris une participation au capital de 350 millions de BEF (25,35 %) et, d'autre part, prêté 500 millions de BEF à Heye-Glas pour financer son entrée majoritaire au capital de Verlipack, se qui augmente son intervention en faveur de Verlipack à 850 millions de BEF. Les deux prêts consentis par la SRIW à Heye-Glas en vue de financer son apport en capital du groupe Verlipack proviennent de ressources publiques. Or relèvent du champ d'application de l'article 87, paragraphe 1, du traité les aides accordées par un État, ou au moyen de ressources d'État sous quelque forme que ce soit, qui affectent les échanges en États membres et qui faussent ou menacent de fausser la concurrence en favorisant l'entreprise bénéficiaire dans la mesure où elles permettent à cette entreprise d'obtenir du capital à des conditions meilleures que celles du marché. La comparaison des conditions de marché et celles des prêts sous examen doit être faite en référence au moment de l'octroi des prêts, c'est-à-dire les 27 et 28 mars 1997, dates de signature des deux conventions. Le taux de référence d'application en Belgique pendant la première moitié de 1997 était de 7,21 %.

L'emprunt obligataire a été consenti à Heye à un taux d'intérêt de 6,10 %. En outre, la clause d'abandon de créance contenue dans cette convention prévoit que, en cas de faillite des trois sites d'exploitation, Jumet, Ghlin et Mol, Heye-Glas n'est plus tenu de rembourser à la SRIW les sommes dues à compter de cette échéance, en l'occurrence le 18 janvier 1999. Compte tenu de ces éléments et notamment de cette clause, la Commission ne peut pas considérer que le prêt de 250 millions de BEF consenti à Heye ait pu relever du comportement d'un investisseur privé en économie de marché.

Pour ce qui concerne le deuxième prêt à hauteur de 250 millions de BEF, il était consenti à Heye, pour une durée de dix ans et au taux BIBOR (à six mois), à savoir 4,92 % du 28 mars au 30 septembre 1997, 5,30 % du 1<sup>er</sup> octobre 1997 au 30 septembre 1998. Selon le tableau d'amortissement, le remboursement effectif du prêt n'aurait dû s'effectuer qu'à partir de la quatrième année, à savoir le 28 mars 2000. Ces éléments ne permettent pas à la Commission de considérer qu'il ait pu relever du comportement d'un investisseur privé en économie de marché.

L'affectation du montant des deux prêts totalisant 500 millions de BEF doit, selon les deux conventions, fournies à la Commission en date du 25 février 1999 (à savoir cinq mois après la décision de la Commission susmentionnée), ainsi que selon les délibérations du conseil d'administration de la SRIW, aboutir à une augmentation de capital des sites de Ghlin et de Jumet ainsi qu'à des investissements conformes au plan d'investissement à réaliser en deux phases (1997-1999 et 2000-2001).

La Commission constate, dès lors, que le groupe Heye, nonobstant le fait qu'il est le débiteur formel des deux prêts d'un total de 500 millions de BEF, n'a pu s'en servir pour d'autres usages conformément aux deux conventions et que ce montant a transité immédiatement après sa mise à disposition au groupe Verlipack. La Commis-

sion en retient, dès lors, que les aides correspondant à ces deux prêts ont eu pour bénéficiaire le groupe Verlipack. Elle observe, comme elle l'a déjà fait remarquer plus haut, que Heye, lors de son entrée au capital de Verlipack, n'a pas voulu engager des fonds propres. Elle observe également qu'un bailleur de fonds n'aurait pas prêté, et notamment en complément à un apport en capital public, un capital à risque destiné à une entreprise dont la viabilité n'a pas été démontrée.

La Commission conclut que les autorités wallonnes, lors de l'octroi des deux prêts, de même que pour ce qui concerne leur apport en capital neuf en faveur de Verlipack, ne se sont pas comportées en tant qu'investisseur privé opérant dans les conditions normales d'une économie de marché pour réaliser un apport de fonds propres dans Verlipack. Le groupe Verlipack opère sur le marché du verre creux d'emballage sur lequel il détenait, au moment de l'octroi des aides, une part de 20 % en Belgique et de 2 % en l'Union européenne. Ce marché fait l'objet d'échanges, intracommunautaires et, dans ces échanges, existe une concurrence. Dès lors, "lorsqu'une aide financière accordée par l'État renforce la position d'une entreprise par rapport à d'autres entreprises concurrentes dans les échanges intracommunautaires, ces derniers doivent être considérés comme influencés par l'aide" (27).

De plus, selon les déclarations des dirigeants de Verlipack, le dépôt de bilan est une conséquence de la chute des prix due à une surcapacité de la production verrière sur le marché d'Europe centrale.

La Commission doit en conclure que l'ensemble des transferts financiers opérés par les autorités wallonnes à hauteur de 850 millions de BEF au profit de Verlipack favorisent cette entreprise et sont susceptibles d'affecter les échanges entre les États membres et de fausser ou de menacer de fausser la concurrence.

S'agissant plus particulièrement du transfert financier du montant de 500 millions de BEF opéré par la SRIW au profit du groupe Verlipack moyennant les prêts consentis au groupe Heye, force est de constater qu'il n'a pas été notifié à la Commission. La Commission déplore que vos autorités aient manqué à leur obligation en vertu de l'article 88, paragraphe 3, du traité d'informer en temps utile la Commission de ces aides qui doivent être considérées illégales.

Cette conclusion n'est pas mise en cause par l'argument de vos autorités selon lequel la SRIW a fait application, dès la déclaration de faillite de Verlipack, de la clause d'exigibilité immédiate des conventions de prêt ayant "pour effet utile d'écartier tout abandon de créance et de supprimer ainsi cet élément d'aide". La Commission considère que l'ensemble des aides dont a bénéficié Verlipack pour un total de 850 millions de BEF ne sont pas compatibles avec le marché commun sur la base des

dérogations prévues à l'article 87, paragraphe 2, du traité, car elles ne constituent pas une aide à caractère social octroyée aux consommateurs individuels et ne sont pas destinées à remédier aux dommages causés par des calamités naturelles ou par d'autres événements extraordinaires. Par ailleurs, la dérogation de l'article 87, paragraphe 2, point c), ne peut s'appliquer. De même, les aides ne peuvent être considérées comme compatibles sur la base des points a), b) et d) du paragraphe 3 de l'article 87. En effet, les aides ne visent pas à favoriser le développement économique d'une région dans laquelle le niveau de vie est anormalement bas ou dans lequel sévit un grave sous-emploi au sens de l'article 87, paragraphe 3, point a), au sens de la communication de la Commission sur la méthode pour l'application de l'article 87, paragraphe 3, points a) et c), aux aides régionales (28). Par ailleurs, les aides ne sont pas destinées à promouvoir la réalisation d'un projet d'intérêt européen commun ou à remédier à une perturbation grave de l'économie d'un État membre ni à promouvoir la culture et la conservation du patrimoine.

La Commission doit, dès lors, examiner la compatibilité des aides sur la base de la dérogation prévue à l'article 87, paragraphe 3, point c), du traité. Dans ce contexte, il convient d'examiner l'application de la dérogation sur la base des encadrements et lignes directrices par lesquelles la Commission a publié, de manière transparente, son interprétation de la dérogation en question.

À cet égard, compte tenu de la situation du groupe Verlipack, les aides en question peuvent être examinées à la lumière des lignes directrices publiées en 1994 (29) pour les aides au sauvetage et à la restructuration des entreprises en difficulté. Au stade actuel, la Commission n'est pas en mesure de conclure que l'intervention des autorités wallonnes peut être assimilée à une aide au sauvetage, dans la mesure où elle ne remplit pas les conditions fixées (30). La Commission ne peut pas non plus conclure que l'on est en présence d'une aide à la restructuration répondant aux conditions énoncées par les lignes directrices. En effet, vos autorités n'ont ni fourni un plan de restructuration au sens des lignes directrices susmentionnées ni donné des indications sur les conditions d'exploitation future sous forme d'hypothèses réalistes. En particulier, vos autorités n'ont pas soumis d'éléments suffisants permettant de vérifier la viabilité à long terme de l'entreprise tels que requis par les lignes directrices précitées. Enfin, de toute évidence, le plan stratégique sur lequel vos autorités se sont fondées pour accorder les aides n'a pas été mis en œuvre intégralement comme démontré par le prononcé de la faillite au début de 1999. La Commission n'est donc pas en mesure de conclure, à ce stade, que les aides en faveur de Verlipack peuvent être approuvées au titre des lignes directrices susmentionnées.

Les aides en question peuvent être aussi analysées en tant qu'aides destinées à faciliter le développement de certaines régions économiques.

(27) Arrêt du 17 septembre 1980 dans l'affaire 730/79, Philip Morris contre Commission, Recueil 1980, p. 2671, point 11.

(28) JO C 212 du 12.8.1988, p. 2.

(29) JO C 368 du 23.12.1994, p. 12.

(30) Huitième Rapport sur la politique de concurrence, point 228.

Les sites de Ghlin et de Jumet sont, en effet, situés dans une région assistée au titre de l'article 87, paragraphe 2, point c), du traité. La zone bénéficie de régimes d'aide à finalité régionale autorisés par la Commission dont le plafond maximal est de 25 % net. Toutefois, la Commission ne dispose d'aucun élément, à ce stade, pour qualifier l'aide en question comme une aide à l'investissement ni pour vérifier le caractère éligible desdits investissements, pas plus que pour calculer l'intensité d'une telle aide.

À ce stade, la Commission ne dispose pas d'éléments lui permettant de conclure que les conditions d'application de la dérogation à ces aides, prévue à l'article 87, paragraphe 3, point c), du traité, sont réunies.

Les éléments en possession de la Commission concernant les interventions des autorités wallonnes apparaissent constituer une aide au fonctionnement en faveur de Verlipack incompatible avec le marché commun.

Enfin, la Commission a également pris acte des facilités de paiement à l'occasion du rachat des actions privilégiées, sans droit de vote, et des parts bénéficiaires par le groupe Beaulieu pour un montant de 113 712 000 BEF. Elle a notamment constaté que les paiements prévoyaient des échéances de 20 % de 2001 à 2005. Dès lors, suite à la prononciation de la faillite du groupe Verlipack le 18 janvier 1999 avant la première échéance, le groupe Beaulieu n'a effectué aucun versement à la Région wallonne. La Commission n'exclut pas, au stade actuel, que la construction des deux *holdings* Verlipack ait pu constituer un bénéfice au groupe Beaulieu dans la mesure où la cession des actions et des parts à ce groupe puisse être considérée comme une aide au sens de l'article 87, paragraphe 1, du traité. Toutefois, la présente décision ne préjuge pas la qualification et la compatibilité de cette mesure.

Compte tenu de ce qui précède, la Commission considère qu'il existe des doutes sur la compatibilité avec l'article 87 du traité et l'article 61 de l'accord EEE des aides dont Verlipack a bénéficié, à savoir l'apport en capital à hauteur de 350 millions de BEF par la Région wallonne et le transfert financier sous la forme des deux prêts consentis par la SRIW au groupe Heye pour financer sa prise de participation à hauteur de 515 millions de BEF au capital de Verlipack.

En conséquence, la Commission a décidé, pour des raisons évoquées ci-dessus, d'ouvrir la procédure prévue à l'article 88, paragraphe 2, du traité conformément à l'article 9 du règlement (CE) n° 659/1999 du Conseil du 22 mars 1999 portant modalités d'application de l'article 88 du traité CE <sup>(31)</sup>.

Dans le cadre de cette procédure, la Commission invite les autorités belges à présenter, dans un délai d'un mois à compter de la notification de la présente décision, leurs observations ainsi que toute information pour l'évaluation de l'aide, et notamment:

- des informations sur les circonstances effectives dans lesquelles la SRIW a accepté de consentir les deux prêts susmentionnés au groupe Heye pour son apport en numéraire au capital de la Holding Verlipack I et II,
- l'éventuel régime d'aide à finalité régionale en vertu duquel les autorités wallonnes auraient pu consentir les prêts,
- les sommes dues par Heye à la SRIW au titre des deux prêts à compter de la déclaration de faillite des sites de production de Verlipack,
- des renseignements sur la situation de la procédure concordataire des sept sociétés faillies et, en particulier, sur la Holding Verlipack II, pour laquelle, selon les informations de vos autorités du 19 février 1999, "la faillite éventuelle" était possible,
- pour être en mesure d'examiner leur éligibilité, le volume et la nature des investissements réalisés comme prévu dans les programmes d'investissements pour la période de 1997 à 2001, s'élevant à un montant global de 2,462 milliards de BEF comme communiqué par vos autorités lors de l'examen de l'apport en capital de la Région wallonne en faveur de Verlipack. La réalisation de ces investissements pouvait, selon vos autorités, s'appuyer sur un engagement ferme de financement de banques.
- les informations sur la valeur nominale, respectivement, de souscription des actions privilégiées, sans droit de vote, et des parts bénéficiaires qui ont été cédées à 80 % du prix d'émission au groupe Beaulieu "préalablement à toute nouvelle intervention de la Région wallonne",
- si la Région wallonne a l'intention de réclamer le montant de 113 712 000 BEF dû par le groupe Beaulieu.

La Commission invite vos autorités à transmettre immédiatement une copie de cette lettre au bénéficiaire potentiel de l'aide.

La Commission rappelle à la Belgique l'effet suspensif de l'article 88, paragraphe 3, du traité CE et attire son attention sur la lettre à tous les États membres du 22 février 1995, dans laquelle il est précisé que toute aide octroyée illégalement pourra faire l'objet d'une récupération auprès de son bénéficiaire, selon les dispositions du droit national et en incluant un intérêt calculé sur la base du taux de référence utilisé pour le calcul de l'équivalent-subvention dans le cadre des aides régionales, qui court à partir de la date à laquelle l'aide a été mise à la disposition des bénéficiaires, jusqu'à sa récupération effective.»

<sup>(31)</sup> JO L 83 du 27.3.1999, p. 1.